



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING INTERNET

18/03/2019 ATÉ 18/03/2019

ÍNDICE

| | | |
|---|-------------------------------------|---|
| 1 | DECISÕES | |
| | 1.1 BLOG DO MARCIAL LIMA..... | 1 |
| | 1.2 SITE IMIRANTE.COM..... | 2 |
| | 1.3 SITE MARANHÃO HOJE..... | 3 |
| 2 | POSSE | |
| | 2.1 BLOG ALDIR DANTAS..... | 4 |
| | 2.2 BLOG LUÍS CARDOSO..... | 5 |
| 3 | PRESIDÊNCIA | |
| | 3.1 BLOG GLAUCIO ERICEIRA..... | 6 |
| | 3.2 BLOG O INFORMANTE..... | 7 |
| 4 | PROJETO CASA DA CRIANÇA | |
| | 4.1 SITE SINAL VERDE DE CAXIAS..... | 8 |

Juízes tomam posse nas Comarcas de Lago da Pedra, São Mateus, Dom Pedro e Pinheiro

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, empossou nesta segunda-feira (18), em seu gabinete, os juízes Cristina Leal Meireles (2ª Vara da Comarca de Lago da Pedra), Ricardo Augusto Figueiredo Moyses (Comarca de São Mateus), Arianna Rodrigues de Carvalho Saraiva (Comarca de Dom Pedro), Tereza Cristina Franco Palhares Nina (Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pinheiro) e Rodrigo Costa Nina (1ª Vara da Comarca de Pinheiro), respectivamente.

Cristina Leal Meireles ingressou na magistratura, em 2015, como juíza substituta e foi logo titularizada na Comarca de Esperantinópolis onde permaneceu até esta data.

"Um grande desafio que vou ter daqui pela frente. Estou indo para uma comarca com quase o triplo de processos mas com uma distribuição similar com a que eu tinha na de Esperantinópolis. A minha expectativa é de manter o trabalho dando prioridade à prestação jurisdicional de excelência", comentou a magistrada.

Já Ricardo Augusto Figueiredo Moyses ingressou na magistratura, em 2016, como juiz titular na Comarca de Cândido Mendes. Foi removido para a de Monção no final de 2017 onde ficou até hoje.

"É um desafio bem significativo. Tem um volume processual bem alto e há uma necessidade de servidores, mas a gente crê que com a implementação de novas rotinas, apoio do Poder Judiciário para alguns mutirões de cumprimento processual, bem como ajustes na tramitação dos processos para a gente ganhar uma maior eficiência. É um trabalho árduo mas esperamos que isso possa ser alcançado em um tempo razoável e dentro da expectativa da própria população em relação ao que se espera da prestação jurisdicional", disse o juiz.

Arianna Rodrigues de Carvalho Saraiva, por sua vez, começou a carreira na magistratura, em 2016, na Comarca de Passagem Franca, como juíza substituta. Ficou na comissão sentenciante e foi titularizada, em seguida na mesma comarca. "Estou muito feliz porque é uma grata satisfação na carreira a gente poder ser promovida, removida, conhecendo novas pessoas, lugares e novos desafios. É uma comarca com o dobro de processos da que eu estava. Pretendo buscar na Comarca de Dom Pedro a excelência e aprimorar tanto o trabalho do Judiciário quanto o social", comentou a juíza Arianna.

PERMUTA

Os juízes Tereza Cristina Franco Palhares Nina e Rodrigo Costa Nina tomaram posse no Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pinheiro e 1ª Vara da Comarca de Pinheiro, respectivamente.

"O compromisso que tenho com a sociedade pinheirense é permanecer no Juizado Cível e Criminal com meu fiel cumprimento dos meus deveres e fazendo com que a população de Pinheiro acredite na Justiça maranhense", comentou a juíza Cristina Palhares Nina.

O juiz Rodrigo Nina acrescentou que será um grande desafio, porque passará a cuidar de uma Penitenciária e

outra unidade prisional dentro da Cidade de Pinheiro que somados dá aproximadamente 600 presos além de administrar os processos da Vara da Fazenda Pública", explicou o juiz.

Na cerimônia de posse, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, parabenizou os magistrados desejando sucesso na nova jornada profissional.

O ato solene de assinatura do Termo de Compromisso e Posse contou com a presença dos juízes Cristiano Simas (auxiliar da Presidência) e Larissa Tupinambá Castro, dos familiares além do diretor-geral do Tribunal, Mário Lobão.

A promoção, remoções e permuta dos magistrados foram aprovadas na Sessão Plenária Administrativa realizada no dia 20 de fevereiro de 2019.

Comunicação Social do TJMA

Mantida determinação para adequação de delegacias em Balsas

A 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão manteve a decisão da 1ª Vara da Comarca de Balsas para que o Estado do Maranhão promova várias melhorias nas Delegacias de Polícia de Balsas. A decisão, baseada em uma Ação Civil Pública de autoria do promotor de Justiça Moisés Caldeira Brant, também engloba as delegacias de Fortaleza dos Nogueiras, São Pedro dos Crentes e Tasso Fragoso.

Na decisão da 1ª Vara de Balsas, foi determinada a instalação e regular funcionamento da Delegacia de Homicídios e da Delegacia de Repressão ao Narcotráfico em Balsas. As delegacias deverão funcionar em imóvel adequado, com equipamentos básicos como telefone, equipamentos de informática, veículo e armamentos. Além disso, as unidades deverão ter equipes formadas por, pelo menos, um delegado, um escrivão e quatro investigadores.

As mesmas condições devem ser oferecidas nas delegacias dos outros municípios citados na decisão.

Foi determinada, ainda, a lotação de um delegado e dois investigadores no 2º Distrito Policial (DP) de Balsas; de mais dois investigadores no 1º DP do município; de outros seis investigadores na Delegacia Regional de Balsas; e de mais três investigadores na Delegacia da Mulher.

No julgamento do Agravo de Instrumento interposto pelo Estado do Maranhão, a 2ª Câmara Cível estendeu o prazo para o cumprimento da decisão de 90 para 180 dias.

(Informações do MP-MA)

Tribunal de Justiça realizará eleição nesta quarta-feira

O Tribunal de Justiça do Maranhão realizará, nesta quarta-feira (20), eleição para o comando da Casa.

O mandato tampão terá validade no período compreendido entre 20 de dezembro a 24 de abril.

O atual presidente da Casa, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, deverá ser reconduzido ao posto de forma tranquila.

A eleição tornou-se necessária devido a aprovação de projeto de lei que alterou a data do pleito e posse da Mesa Diretora do TJ.

O post Tribunal de Justiça realizará eleição nesta quarta-feira apareceu primeiro em Blog do Gláucio Ericeira.

Juízes tomam posse nas Comarcas de Lago da Pedra, São Mateus do MA, Dom Pedro e Pinheiro

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, empossou nesta segunda-feira (18), em seu gabinete, os juízes Cristina Leal Meireles (2ª Vara da Comarca de Lago da Pedra), Ricardo Augusto Figueiredo Moyses (Comarca de São Mateus), Arianna Rodrigues de Carvalho Saraiva (Comarca de Dom Pedro), Tereza Cristina Franco Palhares Nina (Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pinheiro) e Rodrigo Costa Nina (1ª Vara da Comarca de Pinheiro), respectivamente.

Cristina Leal Meireles ingressou na magistratura, em 2015, como juíza substituta e foi logo titularizada na Comarca de Esperantinópolis onde permaneceu até esta data.

“Um grande desafio que vou ter daqui pela frente. Estou indo para uma comarca com quase o triplo de processos mas com uma distribuição similar com a que eu tinha na de Esperantinópolis. A minha expectativa é de manter o trabalho dando prioridade à prestação jurisdicional de excelência”, comentou a magistrada.

Já Ricardo Augusto Figueiredo Moyses ingressou na magistratura, em 2016, como juiz titular na Comarca de Cândido Mendes. Foi removido para a de Monção no final de 2017 onde ficou até hoje.

“É um desafio bem significativo. Tem um volume processual bem alto e há uma necessidade de servidores, mas a gente crê que com a implementação de novas rotinas, apoio do Poder Judiciário para alguns mutirões de cumprimento processual, bem como ajustes na tramitação dos processos para a gente ganhar uma maior eficiência. É um trabalho árduo mas esperamos que isso possa ser alcançado em um tempo razoável e dentro da expectativa da própria população em relação ao que se espera da prestação jurisdicional”, disse o juiz.

Arianna Rodrigues de Carvalho Saraiva, por sua vez, começou a carreira na magistratura, em 2016, na Comarca de Passagem Franca, como juíza substituta. Ficou na comissão sentenciante e foi titularizada, em seguida na mesma comarca. “Estou muito feliz porque é uma grata satisfação na carreira a gente poder ser promovida, removida, conhecendo novas pessoas, lugares e novos desafios. É uma comarca com o dobro de processos da que eu estava. Pretendo buscar na Comarca de Dom Pedro a excelência e aprimorar tanto o trabalho do Judiciário quanto o social”, comentou a juíza Arianna.

PERMUTA

Os juízes Tereza Cristina Franco Palhares Nina e Rodrigo Costa Nina tomaram posse no Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pinheiro e 1ª Vara da Comarca de Pinheiro, respectivamente.

“O compromisso que tenho com a sociedade pinheirense é permanecer no Juizado Cível e Criminal com meu fiel cumprimento dos meus deveres e fazendo com que a população de Pinheiro acredite na Justiça maranhense”, comentou a juíza Cristina Palhares Nina.

O juiz Rodrigo Nina acrescentou que será um grande desafio porque passará a cuidar de uma Penitenciária e

outra unidade prisional dentro da Cidade de Pinheiro que somados dá aproximadamente 600 presos além de administrar os processos da Vara da Fazenda Pública”, explicou o juiz.

Na cerimônia de posse, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, parabenizou os magistrados desejando sucesso na nova jornada profissional.

O ato solene de assinatura do Termo de Compromisso e Posse contou com a presença dos juízes Cristiano Simas (auxiliar da Presidência) e Larissa Tupinambá Castro, dos familiares além do diretor-geral do Tribunal, Mário Lobão.

A promoção, remoções e permuta dos magistrados foram aprovadas na Sessão Plenária Administrativa realizada no dia 20 de fevereiro de 2019.

Eleição para mandato tampão no TJMA será realizada quarta-feira

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) publicou nesta segunda-feira (18) edital de convocação para a eleição excepcional, na forma do artigo 102, parágrafo único da Lei Orgânica da Magistratura (Lomam), para os cargos de direção da Corte, referente ao mandato tampão correspondente ao período de 20 de dezembro de 2019 a 24 de abril de 2020.

A eleição será realizada nesta quarta-feira (20), a partir das 9h, no Plenário do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Na convocação da eleição, a Corte maranhense considerou os termos do artigo 1º da Lei Complementar nº 212, de 12 de março de 2019, que alterou as datas de eleição e posse dos cargos de direção do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Na publicação do edital, o TJMA considerou também o precedente do Conselho Nacional de Justiça (CN) nos autos do PCA nº 0009531-47.2017.2.00.0000, no qual figura como Requerido o Tribunal de Justiça do Piauí.

Outro ponto levado em consideração foi o precedente firmado pelo CNJ no julgamento do Pedido de Providências nº 0001592-65.2007.2.00.0000, tendo como relator Paulo Lôbo, segundo o qual, no caso de eleição para complementar mandato com tempo inferior a 1(um) ano, não se aplicam as restrições previstas no artigo 102, caput da Lei Orgânica da Magistratura.

Por fim, considerou ainda a decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça a necessidade da prestação de contas integral pela Mesa Diretora.

Mantida determinação para adequação de delegacias

Na decisão da 1ª Vara, as delegacias deverão funcionar em imóvel adequado, com equipamentos básicos como telefone, equipamentos de informática, viatura e armamentos.

BALSAS - A 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão manteve a decisão da 1ª Vara da Comarca de Balsas para que o Estado do Maranhão promova uma série de melhorias nas Delegacias de Polícia de Balsas. A decisão, baseada em uma Ação Civil Pública de autoria do promotor de justiça Moisés Caldeira Brant, também engloba as delegacias de Fortaleza dos Nogueiras, São Pedro dos Crentes e Tasso Fragoso.

Na decisão da 1ª Vara de Balsas, foi determinada a instalação e regular funcionamento da Delegacia de Homicídios e da Delegacia de Repressão ao Narcotráfico em Balsas. As delegacias deverão funcionar em imóvel adequado, com equipamentos básicos como telefone, equipamentos de informática, viatura e armamentos. Além disso, as unidades deverão ter equipes formadas por, pelo menos, um delegado, um escrivão e quatro investigadores.

As mesmas condições devem ser oferecidas nas delegacias dos outros municípios citados na decisão.

Foi determinada, ainda, a lotação de um delegado e dois investigadores no 2º Distrito Policial (DP) de Balsas; de mais dois investigadores no 1º DP do município; de outros seis investigadores na Delegacia Regional de Balsas; e de mais três investigadores na Delegacia da Mulher.

No julgamento do Agravo de Instrumento interposto pelo Estado do Maranhão, a 2ª Câmara Cível estendeu o prazo para o cumprimento da decisão de 90 para 180 dias.

Justiça determina que Governo do Estado melhore delegacias de polícia de Balsas

A 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão manteve a decisão da 1ª Vara da Comarca de Balsas para que o Estado do Maranhão promova uma série de melhorias nas Delegacias de Polícia de Balsas. A decisão, baseada em uma Ação Civil Pública de autoria do promotor de justiça Moisés Caldeira Brant, também engloba as delegacias de Fortaleza dos Nogueiras, São Pedro dos Crentes e Tasso Fragoso.

Na decisão da 1ª Vara de Balsas, foi determinada a instalação e regular funcionamento da Delegacia de Homicídios e da Delegacia de Repressão ao Narcotráfico em Balsas. As delegacias deverão funcionar em imóvel adequado, com equipamentos básicos como telefone, equipamentos de informática, viatura e armamentos. Além disso, as unidades deverão ter equipes formadas por, pelo menos, um delegado, um escrivão e quatro investigadores.

As mesmas condições devem ser oferecidas nas delegacias dos outros municípios citados na decisão.

Foi determinada, ainda, a lotação de um delegado e dois investigadores no 2º Distrito Policial (DP) de Balsas; de mais dois investigadores no 1º DP do Município; de outros seis investigadores na Delegacia Regional de Balsas; e de mais três investigadores na Delegacia da Mulher.

No julgamento do Agravo de Instrumento interposto pelo Estado do Maranhão, a 2ª Câmara Cível estendeu o prazo para o cumprimento da decisão de 90 para 180 dias.

(Com informações do TJ-MA)

Trabalho da Casa da Criança é reconhecido por Comissão da Infância do CNMP

A Casa da Criança Menino Jesus, instalada na Fundação da Cidadania e Justiça, do Tribunal de Justiça do Maranhão, recebeu visita da Comissão da Infância e Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), representada pelos promotores Patrícia Poli, Carolina Soares Noletto, Deijanir Jonas Filho e a coordenadora Darcy Leite.

Na ocasião, os promotores de Justiça enaltecem a estrutura e o trabalho realizado na instituição, afirmando estar, atualmente, entre os melhores abrigos de crianças no Brasil.

“O Tribunal de Justiça do Maranhão está de parabéns por empreender essa fundação dedicada à criança, causa tão primordial na justiça. Ficamos todos maravilhados não só com a estrutura do local, mas também com o tratamento diferenciado e humanizado oferecido pela equipe, com tanto amor e carinho. Espero que o presidente do TJMA leve essa boa prática a outros tribunais do país”, pontuou a coordenadora Darcy Leite.

A iniciativa integra uma programação de visitas técnicas feitas pela Comissão – presidida pelo conselheiro Leonardo Accioly – nos principais abrigos de crianças e unidades de socioeducação do país, instalados nas capitais, com vistas à elaboração de um relatório nacional com o diagnóstico dessas instituições.

O reconhecimento feito pela Comissão da Infância e Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público foi anunciado pelo presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, aos membros da Corte, na última Sessão Plenária Jurisdicional, realizada no dia 13 de março.

“Muitos nos orgulha o reconhecimento, pela Comissão da Infância e Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público, do trabalho desenvolvido pelo Tribunal de Justiça na Casa da Criança, uma boa prática institucional para manter vivo um projeto de grande alcance social, que ao longo dos anos vem garantindo a cidadania e a dignidade de meninos e meninas que necessitam de proteção e carinho”, afirmou o presidente do TJMA.

A coordenadora especial da Infância e Juventude do TJMA, Lucileide Gonçalves, agradeceu pela visita e pelo reconhecimento feito pelos membros da comissão ao trabalho realizado na casa, há mais de 21 anos.

“É muito gratificante receber esse reconhecimento de uma equipe altamente especializada na área. Isso só nos motiva a continuarmos trabalhando com amor e dedicação a essa causa social, tão relevante”, disse Lucileide Gonçalves.

Também participaram da visita a presidente da Fundação da Cidadania da Justiça, desembargadora Etelvina Ribeiro Gonçalves; a subchefe do Gabinete da Presidência do TJMA e coordenadora da Creche Judith Pacheco, Niúra Freire de Déa. Todos foram recebidos pelos profissionais que atuam na Casa da Criança.

A Casa da Criança é um dos projetos especiais mantidos pelo Poder Judiciário desde 1997, que acolhe e presta assistência a crianças vítimas de maus tratos, em situação de risco ou abandono, que estão sob a guarda da Justiça. O abrigo possui estrutura semelhante ao de um ambiente familiar, com berçário e espaço para lazer e alimentação.

A instituição é vinculada à Coordenadoria Especial da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça, presidida pela desembargadora Cleonice Freire.

Ao longo desses anos, a instituição já acolheu cerca de mil crianças até serem encaminhadas à adoção ou reinseridas em seus antigos lares.

Atualmente, 20 meninos e meninas, na faixa etária de 0 a 8 anos, estão abrigados na casa. As crianças assistidas ficam sob os cuidados de uma equipe multidisciplinar formada por monitores e profissionais de diversas áreas.

O órgão presta atendimento de acordo com os princípios estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como preservação dos vínculos familiares e integração em família substituta - quando os recursos para manter a criança na família de origem são esgotados.

Fonte: ASCOM